



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

**Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social:
O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental**

Jefferson Pessoa Ramos



Belém/PA
Fevereiro-2024



PPGTPC



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA

Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

**Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social:
O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental**

Jefferson Pessoa Ramos

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aécio de Borba
Vasconcelos Neto

Belém/PA
Fevereiro-2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo
com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P475s Pessôa Ramos, Jefferson.

Uma Síntese Crítica da Teoria do Condicionamento Social: O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental. / Jefferson Pessôa Ramos, Aécio de Borba Vasconcelos Neto — 2024.
51 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Aécio de Borba Vasconcelos Neto
Dissertação(Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2024.

1. análise do comportamento. 2. teoria do apego. 3. desenvolvimento socioemocional. 4. teoria do condicionamento social. 5. análise conceitual. I. Título.

CDD 150.1943



PPGTPC



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA

**O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.**

**This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil
(CAPES) - Finance Code 001.**

**Jefferson Pessoa Ramos, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do
Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.**

Contato: Jefferson Pessoa Ramos.

Mail: peossoamosj@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°.84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No.694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autoriza do em 1999.

Defesa de Mestrado

“Uma Síntese Crítica da Teoria do Condicionamento Social:

**O desenvolvimento do apego
em uma perspectiva analítico-comportamental.”**

Aluno: Jefferson Pessoa Ramos.

Datada Defesa: 27 de fevereiro de 2024.

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Profº Drº Emmanuel Zagury Tourinho (orientador – UFPA).

Profº Drº Aécio de Borba Vasconcelos Neto (coorientador – UFPA).

Profª Drª Rachel Coelho Ripardo Teixeira (membro 1 – UFPA).

Profª Drª Aline Beckmann de Castro Menezes (membro 2 - UFPA).

**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação
Digital no Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Jefferson Pessoa Ramos

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (x) Discente Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (x) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro.

Especifique: _____

Título do Trabalho: Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social: O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental.

Data da Defesa: 27 / 02 / 2024 Área do Conhecimento: Análise do

Comportamento

Agência de Fomento: CAPES

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(x) Sim

() Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(x) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(x) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 01 / 03 / 2024

Ass:

Jefferson Pessoa Ramos



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

**Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social:
O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental**

Candidato: Jefferson Pessôa Ramos

Data da defesa: 27 de fevereiro de 2024

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aécio de Borba Vasconcelos Neto (UFPA) – Orientador.

Profª Drª Rachel Coelho Ripardo Teixeira (UFPA) – Membro.

Profª Drª Aline Beckmann de Castro Menezes (UFPA) – Membro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Andreia Pessoa de Oliveira, por ter sido a principal responsável pelo meu amor aos estudos, à leitura e ao conhecimento, bem como pelo desenvolvimento de todos os valores éticos de solidariedade, generosidade, gentileza, honestidade, perseverança e inconformismo que carrego. Da mesma maneira, agradeço também ao meu pai, Jânio Soares Ramos, que assim como minha mãe foi o meu principal modelo de honestidade, perseverança, seriedade, trabalho duro e resiliência. Se eu sigo vivo, não sigo a mística, tenho 28 anos, contrariando a estatística, é tudo graças a vocês. Muito obrigado por tudo!

Dedico esta pesquisa também aos revolucionários e eternos defensores do proletariado Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e Josef Stálin, injustamente caluniados pela historiografia liberal burguesa, além do filósofo Georges Politzer, como a minha pequena contribuição por uma Ciência livre de idealismos filosóficos, na esperança de que não só na Academia, mas que também na sociedade, possamos enxergar com maior ceticismo e rigor os interesses ideológicos que deturpam sorrateiramente os fundamentos teóricos que embasam nossos saberes.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu conseguisse terminar este trabalho:

Agradeço à Vanessa, minha eterna *roomie*,

Agradeço à Wanessa e Ilana,

Agradeço à Dalva,

Agradeço à Rafaela Medeiros,

Agradeço à Aíde Esmeralda,

Agradeço ao Professor François Tonneau, por ser esse exemplo de encarnação das maiores qualidades técnicas de um cientista, por sua rigorosidade epistemológica, conceitual, qualidade metodológica, etc.

Agradeço à Lizandra Borges,

Agradeço aos meus colegas da consultoria em DBT: Domenica Faria, Stephany Gomes, Paulo Roberto e Gabriel Ramalho,

Agradeço ao meu grande amigo e irmão Jorge Wambaster,

Agradeço a todos e a cada um dos pacientes que tive durante o período em que trabalhei sem remuneração apropriada pelos meus serviços como cientista, durante esse (des)governo passado,

Agradeço aos amigos que fiz e deixei em Camocim-CE, principalmente ao Wellington Kakaroto, que me fez acordar para a minha própria vida através do esporte pugilismo,

Agradeço à Adriane Queiroz,

Agradeço ao Lindomário Sousa,

Agradeço aos meus amigos Luan Mendes, Abdala Maciel e Gerôncio Oliveira, e Darlan Moura

Agradeço ao meu orientador Aécio de Borba Vasconcelos Neto, pelos preciosos ensinamentos, orientações e principalmente, pela profunda paciência com minhas questões de saúde e confiança em mim e no meu trabalho,

Agradeço às professoras Rachel Ripardo e Aline Beckmann por toparem entrar na aventura que foi compor a banca deste meu trabalho,

Durante esse tempo recebi ajuda financeira para iniciar, continuar e concluir meus estudos diversas vezes, dado que no início do mestrado, até para fazer processo seletivo não tinha sequer um tostão no bolso e, por diversas situações trabalhei em condições precárias para apenas conseguir subsistir minimamente, em função de meus problemas de saúde. Tive apoio para financiar meus remédios, bem como outras condições materiais básicas que precisava para continuar existindo. Fui apresentado com livros, além de ter recebido apoio emocional e moral diversas vezes; e nos momentos difíceis, como quando quase perdi minha vaga no Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, quando achei que tinha estragado tudo e o sentimento de culpa lançou-se sobre mim e sobre meus pensamentos, fui acolhido, abraçado e confortado por muitas pessoas queridas, bem como motivado pela paciência e insistência do meu orientador por acreditar no meu trabalho e não desistir de mim enquanto aluno e do meu sonho de ser cientista.

Agradeço também aos camaradas do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) da qual faço parte como um dos coordenadores no Estado do Amazonas: Gabriela Valentim, Sávio Fernandes e Servony Magalhães, homens e mulheres que unem teoria e prática e fazem da ciência do proletariado uma arma viva na luta de classes. Agradeço pelo apoio moral, emocional e toda formação política, teórica e por toda luta que construímos juntos.

Ramos, J. P. Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social: O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2024. 51 Páginas.

RESUMO

A teoria do apego é uma teoria psicológica do desenvolvimento socioemocional que enfatiza que os organismos nascem com uma sensibilidade à estimulação social de seus coespecíficos que é selecionada filogeneticamente por pressões de predação. Dentro da Análise do Comportamento, o psicólogo Jacob L. Gewirtz desenvolveu uma abordagem das relações comportamentais de apego, denominada Teoria do Condicionamento Social. Por se tratar de uma abordagem pioneira em desenvolvimentos experimentais sobre o assunto e um marco teórico na história da teoria do apego e da psicologia do desenvolvimento analítico-comportamental, realizou-se nesta pesquisa conceitual, uma investigação acerca dos enunciados verbais desta teoria a partir de sete textos científicos publicados por Gewirtz seja na condição de autor ou co-autor, desde que o material ajude a esclarecer os contornos gerais de sua teoria. Para tanto, realizou-se uma busca em periódicos próprios da área, livros importantes na área do desenvolvimento e apego, além de pesquisa em bases de dados e plataformas por textos que abordem sua perspectiva comportamentalista sobre o apego. Destaca-se como características principais, seu antimentalismo filosófico, a definição comportamental de apego como operante socialmente discriminado, as implicações interacionistas para o debate inato-aprendido, além de fornecer hipóteses úteis para analisar e projetar novas relações comportamentais.

Palavras-chave: análise do comportamento; teoria do apego; desenvolvimento socioemocional; teoria do condicionamento social; análise conceitual.

Ramos, J. P. Uma síntese crítica da Teoria do Condicionamento Social: O desenvolvimento do apego em uma perspectiva analítico-comportamental. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2024. 51 Páginas.

ABSTRACT

Attachment theory is a psychological theory of socioemotional development that emphasizes that organisms are born with a sensitivity to social stimulation from their conspecifics that is phylogenetically selected by predation pressures. Within Behavior Analysis, psychologist Jacob L. Gewirtz developed an approach to behavioral attachment relationships, called Social Conditioning Theory. As it is a pioneering approach in experimental developments on the subject and a theoretical landmark in the history of attachment theory and behavioral-analytic developmental psychology, this conceptual research carried out an investigation into the verbal statements of this theory based on seven scientific texts published by Gewirtz either as author or co-author, as long as the material helps to clarify the general contours of his theory. To this end, a search was carried out in journals specific to the area, important books in the area of development and attachment, as well as research in databases and platforms for texts that address their behaviorist perspective on attachment. Its main characteristics stand out as its philosophical anti-mentalism, the behavioral definition of attachment as a socially discriminated operant, the interactionist implications for the innate-learned debate, in addition to providing useful hypotheses for analyzing and designing new behavioral relationships.

Keywords: behavior analysis; attachment theory; socio-emotional development; social conditioning theory; conceptual analysis.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Método.....	24
<i>Definição do Problema</i>	<i>25</i>
<i>Especificação das Fontes Relevantes</i>	<i>25</i>
<i>Seleção das Fontes.....</i>	<i>26</i>
<i>Coleta de Dados.....</i>	<i>29</i>
<i>Tratamento dos Dados.....</i>	<i>30</i>
<i>Categorias de Análise</i>	<i>31</i>
<i>Resultados.....</i>	<i>31</i>
O lugar do antimentalismo filosófico no projeto científico da teoria do condicionamento social	31
A natureza comportamental do apego e suas implicações para o debate inato- aprendido	34
Vantagens e utilidade da teoria do condicionamento social	40
<i>Discussão</i>	<i>41</i>
Referências	45

Desde o começo de sua existência, a humanidade foi obrigada a lutar contra a natureza para subsistir: luta contra as feras, contra as intempéries. Para vencer nesta luta, cada homem deve apoiar-se na força do número, ou seja, na força da coletividade, da sociedade. Reduzido unicamente a suas forças, o indivíduo não poderia dominar a natureza, nem mesmo sobreviver.

Ho Chi Minh

Introdução

Desde muito cedo na história das ciências, as razões subjacentes ao fato de que seres humanos formam relações estáveis e duradouras uns com os outros e, inevitavelmente, sofrem e até adoecem diante rompimentos ou ameaças de rompimentos, tornaram-se interesse dos cientistas estudiosos do comportamento humano. Assim, as diferentes relações comportamentais de afeto, intimidade e proximidade observadas em diferentes contextos sociais foram tomadas como evidência da existência de um “vínculo” supostamente responsável por manter tais relações sociais e se tornaram objeto de estudo de diversas teorias psicológicas (Gehm, 2017).

Nesse processo, a relação existente entre os bebês e suas mães/cuidadores foi elencada como fundamental na compreensão do desenvolvimento social. Isso ocorreria principalmente no que concerne aos animais altriciais, ou seja, aquelas espécies cujos recém-nascidos dependem de cuidados parentais por um tempo prolongado (Alcock, 2011; Gehm, 2017). Durante anos, o debate sobre a natureza e a formação das relações sociais foi dominado pelas teorias psicanalíticas e as teorias da aprendizagem social, que ofereciam explicações aparentemente inconciliáveis entre si para a explicação do “como” e “por que” um bebê recém-nascido se apegava à sua mãe e vice-versa (Cassidy & Shaver, 2008).

Mas apesar de suas dissimilaridades epistemológicas mais explícitas, ambas se fundamentavam teoricamente em uma mesma pressuposição num nível mais implícito: a teoria do impulso secundário (Gehm, 2017). Em outras palavras, a tese de que a formação dos vínculos emocionais se desenvolveria secundariamente à satisfação de impulsos fisiológicos primários como fome, sede e dor, através da mediação de outra pessoa, normalmente a mãe (e.g., a amamentação e os cuidados de uma mãe com o bebê) (Gehm, 2017; Marrone, 2014).

As teorias psicanalíticas em sua versão freudiana e kleiniana defendiam que a vinculação entre um bebê e sua mãe se consolidava conforme o recém-nascido se alimentava ou satisfazia outros instintos pulsionais primários, através de sua mãe como intermediária, associando o prazer sentido ao ter seus impulsos satisfeitos com a presença desta (Bowlby, 1958). Os teóricos da aprendizagem social, por sua vez, defendiam que o que ocorria entre o bebê e seu cuidador era um processo de condicionamento, através do pareamento ocorrido entre o cuidador (estímulo condicional – CS) e reforçadores

primários, isto é, aqueles eventos ambientais cuja função de fortalecer o comportamento fora selecionada filogeneticamente, como comida e água (estímulos incondicionais – US) (Cassidy & Shaver, 2008; Gehm, 2017). Nessa perspectiva, o CS é um estímulo que adquire sua função após ser pareado com um US, tornando-se capaz de eliciar uma resposta condicionada (CR) (Tomanari, 2000; Catania, 1998)¹.

Na contramão das formulações teóricas vigentes durante a década de 1950, buscando superar a dicotomia existente entre as explicações psicodinâmicas e as formulações baseadas nas teorias da aprendizagem social, o psiquiatra e psicanalista inglês Edward John Mostyn Bowlby (1907-1990), procurou desenvolver uma teoria que estabelecesse o estudo das relações sociais precoces em seus próprios termos, ao invés de admiti-los como meros epifenômenos de eventos psíquicos conflitantes internos ou de reflexos aprendidos, ou seja, subprodutos não-causais (cf. Kinouchi, 2004; Marrone, 2014).

Bowlby trabalhou inicialmente a partir da teoria das relações objetais da psicanalista austríaca Melanie Klein (1882-1960), tendo herdado desta o seu foco nos primeiros relacionamentos sociais e no potencial patogênico da perda (Bowlby, 1989; Gomes, 2011). Todavia, Bowlby promoveu uma ruptura epistemológica com o pensamento kleiniano ao defender a tese de que os problemas emocionais infantis eram respostas a eventos interpessoais reais, e não resultado de fantasias inconscientes, como defendia Klein (Bowlby, 1969; Bretherton, 1992).

Ao formular a tese de que os mecanismos subjacentes ao vínculo entre mãe e bebê teriam sido selecionados por processos evolutivos e por isso seriam impulsos primários tão fundamentais quanto comer e beber (Bowlby, 1989; Cassidy & Shaffer, 2008), ele adota oficialmente o termo *apego* para se referir às relações sociais desta natureza (Weber, 2004).

Embora a teoria do apego rompa significativamente com as tradições teóricas predecessoras que se baseiam na ideia de impulso secundário, por considerar que os comportamentos de apego são fenômenos primários ao invés de inteiramente adquiridos por processos mais básicos, é importante destacar que Bowlby ainda desenvolveu também muitas ideias que o fundador da Psicanálise, o austro-húngaro Sigmund Freud (1856-

¹Os termos “incondicionado” e “condicionado” são mais facilmente encontrados na literatura analítico-comportamental para fazer referência, respectivamente, aos estímulos US e CS, tanto quanto para as respostas UR e CR. Entretanto, os termos “incondicional” e “condicional” serão adotados neste trabalho, considerando que são considerados traduções mais fiéis dos termos originais utilizados no russo (Clark, 2004).

1939), julgava como fundamentais. Exemplo disso é a pressuposição da existência de uma organização psicológica interna com elementos identificáveis altamente específicos como modelos de representação do *Eu* e das figuras de apego (Bowlby, 1989; Holmes, 1993).

Para desenvolver seu pensamento, além desta virada filosófica a partir da crítica interna à epistemologia da psicanálise kleiniana, Bowlby incorporou em sua teoria conceitos de outras ciências, como a Teoria dos Sistemas de Controle, as Ciências Cognitivas e a Psicologia do Desenvolvimento (Bowlby 1969). Além disso, Bowlby fundamentou-se principalmente em descobertas empíricas oriundas da Etologia e da Psicologia Experimental (Bowlby, 1989). Tais descobertas, que desafiavam a teoria do impulso secundário através da produção de evidências da formação de vínculos sociais mesmo na ausência de alimentação à prole por parte do cuidador, sugeriam outra explicação para os comportamentos de apego que não aquela fornecida pelas teorias vigentes (Bowlby, 1989).

Neste contexto de descobertas que viriam a revolucionar o estudo das relações interpessoais, destacam-se as observações realizadas pelo etólogo austríaco Konrad Lorenz (1923-1928) e, mais tarde os experimentos realizados pelo psicólogo estadunidense Harry Harlow (1905-1981), com filhotes de macacos *rhesus*, até serem finalmente realizadas observações naturalísticas semelhantes com bebês humanos (cf. Ainsworth, 1967; Schaffer & Emerson, 1964). Em seus estudos sobre o comportamento de animais em seus ambientes naturais, Lorenz (1935/1995) usou o conceito de estampagem (*imprinting*) para descrever o comportamento investigado de patos e gansos de seguir suas mães logo após o momento da eclosão, o que sugeria para Bowlby àquela altura, alguma disposição inata de uma ave precoce em seguir sua mãe, independente de experiências de aprendizagem anteriores com esta.

O estudo clássico de Harlow e Zimmerman (1959), por sua vez, consistia em um experimento que comparava os comportamentos de apego de macacos *rhesus* filhotes em relação a duas mães-macaco criadas artificialmente: (a) uma feita de malha de arame presa a uma mamadeira (“mãe lactante”) e (b) uma coberta com pano (“mãe felpuda”). Os comportamentos foram medidos em função do tempo em que cada animal passava com as “mães” (Harlow, 1958; Gehm, 2017). Em um contexto de escolha entre as duas, os filhotes demonstraram clara preferência pela “mãe felpuda”, passando até 18 horas por dia agarrados com ela (como fariam com suas mães verdadeiras), embora fossem alimentados exclusivamente pela “mãe lactante” (Harlow & Zimmerman, 1959; Schlinger, 1995).

Destaca-se, que os filhotes privados de contato físico com a “mãe felpuda” e apenas alimentados pela “mãe lactante” demonstraram-se socialmente inaptos, além de apresentarem distúrbios emocionais e orgânicos, enquanto os macacos que não foram privados de contato físico não experimentaram tais distúrbios (Harlow, 1958; Veppo, 2016). Para Harlow, e para Bowlby, os resultados apresentavam claras evidências de que o próprio contato físico entre mãe e filhote continha propriedades que poderiam ser conceituadas como reforçadoras primárias, fortalecendo a alternativa às teorias comportamentais do impulso secundário que defendiam que o apego era um reforçador condicional (Gehm, 2017).

Harlow também concluiu que a relação cuidador-bebê seria a base para outros laços sociais essenciais a um desenvolvimento referido como saudável e seguro emocionalmente (Veppo, 2016). O autor também salientou inclusive que suas descobertas forneciam evidências suficientes e inequívocas de que a tese de que a figura/forma materna se torna importante apenas quando condicionada à redução de impulsos primários como redução de fome, sede ou dor estava incorreta (Harlow, 1985).

Com base nesses dados e pressupostos, Bowlby e outros teóricos do apego (e.g., Ainsworth, 1973) propuseram a “visão evolucionário-etológica do apego” (Schlinger, 1995), cujo conceito-chave é o de “sistema comportamental de apego”. Esse conceito é concebido em analogia ao sistema fisiológico que se organiza homeostaticamente para assegurar que certa medida fisiológica qualquer (e.g., temperatura ou pressão sangüínea) esteja sempre mantida em limites apropriados (Bowlby, 1989). É assumida a existência de um “sistema comportamental de apego” no cérebro da pessoa, que controla os comportamentos de apego observáveis (Schlinger, 1995). Segundo Bretherton (1987), tal sistema regula a ativação inicial dos comportamentos de apego a partir dos eventos ambientais identificáveis, monitora o paradeiro do cuidador, estabelece limites até quão longe da “base segura” (presença da figura de apego) a criança pode se aventurar, dentre outras coisas (Schlinger, 1995).

Apesar da ênfase bowlbiana inicial nos comportamentos de busca e manutenção de proximidade (i.e., comportamentos primários de apego), o sistema de controle de apego coordenaria dois sistemas comportamentais, para atender a duas funções: (a) manter proximidade com a figura de apego e (b) coordenar a exploração locomotora do ambiente e a aprendizagem, funções que segundo Bowlby (1969) estão diretamente ligadas à qualidade da evolução e do desenvolvimento dos organismos, buscando com

esta coordenação estabelecer um equilíbrio homeostático contínuo entre proximidade-exploração (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978/2015; Bretherton, 1987).

Ao postular a existência do sistema comportamental de apego, Bowlby (1969) busca explicar como uma criança (ou adulto) regula os limites de distância e/ou acessibilidade com sua figura de apego. Ao subscrever um tipo diferente de homeostase, onde os limites são definidos pelas relações que a pessoa estabelece com outra específica, Bowlby (1969) busca destacar que os limites dessa “homeostase afetiva” são mantidos por meios comportamentais ao invés de fisiológicos.

Revolucionando o cenário do estudo científico das relações sociais iniciais, Bowlby a um só tempo estabeleceu uma alternativa científica à dicotomia de seu tempo e, deslocou tanto os relacionamentos íntimos para o centro do estudo da psicologia do desenvolvimento infantil quanto abriu as portas para que as psicopatologias pudessem ser investigadas de um ponto de vista desenvolvimental. Isso porque ao colocar o foco na qualidade das interações iniciais, sugeriu que o padrão de apego estabelecido influencia o desenvolvimento da personalidade, podendo estar na base de algumas psicopatologias (Marrone, 2014; Gehm, 2017), o que é corroborado pela literatura contemporânea do apego nas Neurociências e da Psiquiatria (cf. Tironi, Charpentier, Cavanna, Borelli & Bizzi, 2021).

Segundo Marrone (2014), o objetivo da teoria bowlbiana tornou-se fundamentalmente explicar duas questões: esclarecer por que os seres humanos tendem a estabelecer vínculos fortes, específicos e longevos uns com os outros; e explicar como e por que o rompimento/ameaça de ruptura de tais relações pode suscitar emoções tão dolorosas nas pessoas e, em última instância psicopatologias.

Estabelecidos os conceitos fundamentais (sistema comportamental de apego, comportamentos primários de apego, etc.), foi somente entre os anos 1960-1980 que a teoria do apego foi amplamente ampliada e refinada (Bowlby, 1989). Foi nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, que a psicóloga do desenvolvimento estadunidense Mary Ainsworth (1913-1999) reforçou os conceitos básicos da teoria do apego introduzindo a ideia de “base segura”, defendendo que bebês precisam desenvolver uma dependência segura de seus cuidadores/pais antes de explorarem o mundo em situações desconhecidas (Ainsworth & Bowlby, 1989; Veppo, 2016). Essa base segura lhes confere o contexto necessário para explorar o ambiente expondo-se a riscos gerenciados e, eventualmente, desenvolver autoconfiança.

A partir da noção de base segura, Ainsworth deixou sua contribuição para a teoria do apego ao desenvolver a tese dos padrões de apego em recém-nascidos com base em comportamentos observados durante o arranjo clássico denominado *Situação Estranha* (Ainsworth et al., 1978/2015). Em linhas gerais, consiste em um jogo livre manipulando a presença e a ausência da mãe como variável independente. Os testes originais foram realizados em crianças de até 12 meses, colocadas em um ambiente novo (estranho à criança), do qual a mãe se ausentava durante períodos breves (Bretherton, 1992; Ainsworth et al., 1978/2015; Veppo, 2016).

Destarte, o objetivo consistia em avaliar o efeito (a) da separação da mãe e (b) da presença de um estranho sobre as respostas comportamentais de exploração ambiental das crianças, enfrentando concomitantemente um ambiente desconhecido (com objetos potencialmente reforçadores como brinquedos). O comportamento dos bebês era avaliado a partir dos comportamentos de aproximação, de procura por contato, de manutenção do comportamento de contato e, ainda, da avaliação de comportamentos de resistência ou evitação tanto da situação quanto da pessoa estranha (Ainsworth et al., 1978/2015). A finalidade consistia em investigar tanto o sistema comportamental de apego de uma criança, ao mesmo tempo em que se avaliava o sistema comportamental de exploração da mesma (Veppo, 2016).

Assim, Ainsworth conferiu um caráter experimental à teoria, para que pudesse ser formalizada e testada de maneira científica (Ainsworth et al., 1978/2015). Com o interesse em perceber se/e quando a criança buscava contato com o cuidador, e, se o comportamento de exploração era facilitado ou não pela presença/ausência deste cuidador através da disponibilização de brinquedos e atividades lúdicas no mesmo ambiente em que se manipula a presença/ausência da mãe (Veppo, 2016). O objetivo de Ainsworth era buscar evidências empíricas a respeito de se o comportamento de exploração era facilitado pela presença da mãe, o que sustentaria a tese de que a exploração ambiental das crianças era uma função direta da relação de apego ao cuidador.

Desta forma, Ainsworth et al. (1978/2015) demonstrou a princípio, três padrões de apego, ou seja, três condutas infantis que se destacavam como reações às dinâmicas interativas estabelecidas, a saber: *o apego seguro*, *o apego inseguro-evitativo* e *o apego inseguro-ambivalente* (cf. Bowlby, Ainsworth, Boston, & Rosenbluth, 1956; Ainsworth, et al., 1978/2015; Ainsworth & Marvin, 1995). Estes padrões rotulam diferentes conjuntos de comportamentos públicos e privados em relação à figura de apego. Posteriormente, principalmente durante a década de 1980, tais estilos de apego também foram estendidos

para compreender o comportamento de indivíduos adultos e suas relações sociais (cf. Hazan & Shaver, 1987).

De acordo com os estudos, os bebês com o padrão de *apego seguro* são aqueles que dificilmente choram e protestam quando a mãe se afasta e que a acolhem com felicidade em seu retorno. Os descritos sob a rubrica de *apego inseguro-evitativo* quase nunca choram ou protestam quando a mãe deixa o local e se mostram pouco interessados nesta em seu retorno, mostrando-se indiferentes mesmo quando precisam de ajuda e na exploração do ambiental. Já os bebês com padrão de *apego inseguro-ambivalente* apresentam muitos comportamentos típicos de ansiedade mesmo antes da mãe sair do ambiente, demonstrando agressividade em sua partida e, em seu regresso comportando-se de formas ambíguas ora buscando contato com esta, ora evitando e, sendo pouco ativos e exploratórios no ambiente (cf. Gomes, 2011; Veppo, 2016).

Por fim, investigações posteriores ainda identificaram um quarto padrão, denominado *apego inseguro-desorganizado* (Gomes, 2011; Main & Solomon, 1990), caracterizado por uma conduta inconsistente e contraditória, por exemplo, alegrando-se com o regresso da mãe, para logo em seguida distanciar-se desta parecendo confuso e temeroso (Gomes, 2011). Segundo Hesse e Main (2000), crianças vítimas de maus-tratos normalmente se encaixam nesse último padrão de apego, apresentando maior risco de desenvolvimento de quadros psicopatológicos, o que corrobora a tese de Bowlby de que algum apego ao cuidador pode se desenvolver mesmo diante exposição a repetidos maus tratos e punições (Bowlby, 1982), o que se repete por evidências empíricas obtidas com modelos animais (e.g. Rainecki, Moriceau, & Sullivan, 2010).

Com o avanço das pesquisas sobre o fenômeno do apego, destaca-se o embate metodológico e teórico que envolveu teóricos cognitivos clássicos e os teóricos da aprendizagem operante na década de 1970, que atingiu seu ápice com a disputa enérgica entre o psicólogo comportamental estadunidense Jacob L. Gewirtz (1924-2021) e Ainsworth (Grusec & Hastings, 2019). Ainda que para os teóricos da vertente cognitiva (e.g., Hinde, 1974) os resultados do estudo clássico de Bell e Ainsworth (1972) tenham relegado ao esquecimento as alternativas operantes, de acordo com Gewirtz e Boyd (1977a) os dados correlacionais coletados não permitem responder satisfatoriamente à questão empírica de se o responder materno realmente diminui o choro do bebê.

O estudo clássico de Bell e Ainsworth (1972) com 26 pares de mãe-bebê, observados durante os quatro primeiros trimestres do seu ano de vida, tendo como medidas do choro infantil sua frequência e duração buscou investigar se o responder

materno ao choro infantil estava correlacionado com sua redução, ao invés de aumentá-lo conforme demonstravam alguns experimentos com aprendizagem operante (cf. Etzel & Gewirtz, 1967). Entretanto, para Bell e Ainsworth (1972), tais estudos operantes eram irrelevantes para responder a esta questão empírica, pois, segundo eles, tais estudos não produziram evidências longitudinais suficientes para iluminar questões desenvolvimentais presentes na relação entre o choro infantil e a responsividade da mãe.

Entretanto, ao analisar as matrizes de correlação e as variáveis dessas matrizes publicadas no estudo, buscando testar a validade das conclusões por critérios técnicos, Gewirtz e Boyd (1977a) demonstram que a pesquisa em questão apresenta limitações metodológicas que enviesam a interpretabilidade das correlações descritas, diminuindo sua confiabilidade. Dentre as principais, destacam-se o problema de se intercorrelacionar variáveis que são intrinsecamente contingentes, como o responder materno e o ignorar o choro e, a falta de controle estatístico de variáveis antecedentes e concomitantes, tanto nos trimestres anteriores quanto posteriores do estudo (para mais detalhes sobre os problemas técnicos e conceituais do estudo, ver Gewirtz & Boyd, 1977b; Schlinger, 1995).

Dentre outros problemas metodológicos, Gewirtz e Boyd (1977a) apontam para o fato de que os dados apresentados não permitem a realização de uma análise funcional das variáveis em questão, por omitirem detalhes importantes como a definição da classe de resposta e as contingências específicas entre o responder materno e o choro infantil. Para estes autores, é notável que os dados não forneçam evidência favorável suficiente para a conclusão dos autores, em verdade podem subsidiar explicações alternativas para além da apresentada por eles, o que é demonstrado na parte final de seu artigo, ao apontar que diversos resultados diferentes quanto à frequência e duração do choro infantil são possíveis a depender do arranjo de contingências específicas em vigor.

Por exemplo, uma maneira responsiva de a mãe moldar choros altos (magnitude) e longos (duração) é ignorar diferencialmente choros curto e de baixa intensidade, ao passo que se pode responder rapidamente aos de alta intensidade e longa duração. Outro exemplo dado pelos autores, diz respeito à maneira como uma mãe responsiva pode promover um comportamento incompatível com chorar, ao reforçar comportamentos concorrentes tão longe o bebê apresente precursores do choro que se busca extinguir, dentre outros exemplos (Gewirtz & Boyd, 1977a).

As perspectivas analítico-comportamentais buscam interpretar o desenvolvimento em termos de unidades de análise ordenadas e funcionais de comportamento-ambiente

(Schlinger, 1995). Gehm (2013) define desenvolvimento como mudanças progressivas, interdependentes e contínuas, na interação entre o organismo-ambiente, implicando bidirecionalidade de controle entre o comportamento do organismo e o seu ambiente. Em outras palavras, o que o organismo faz altera seu ambiente, que por sua vez retroage sobre as ações do organismo, de forma que cada mudança comportamental se efetua com base nas interações precedentes. Dessa ótica, tanto organismo quanto ambiente são ativos e uma unidade interdependente inseparável (Pelaez-Nogueras & Gewirtz, 1992).

Para Gehm (2011), durante os meses iniciais, há uma prevalência de comportamentos biológicos associados à sobrevivência, que através de episódios de interações com o ambiente favorecerá as primeiras aprendizagens respondentes e operantes, que por sua vez estariam relacionadas com os processos de vida e crescimento do organismo. De uma perspectiva analítico-comportamental, portanto, é a interação com o ambiente que modela e transforma o comportamento socioemocional de relações comportamentais relativamente simples e descoordenadas em relações cada vez mais complexas e coordenadas (Schlinger, 1995).

Divergindo dos primeiros teóricos da aprendizagem que pesquisaram sobre o apego fundamentando-se na teoria do impulso secundário, a teoria moderna analítico-comportamental do desenvolvimento socioemocional parte da compreensão de que alguns estímulos sociais (e.g., aprovação, sorriso, etc.) podem ter funções diversas, incluindo eliciadoras, reforçadoras, evocativas e punidoras incondicionais (Gewirtz & Baer, 1958a; 1958b; Schlinger, 1995). Esse movimento alinha a teoria à visão etológico-evolucionária original ao evitar uma de suas principais críticas feitas às teorias psicanalíticas e da aprendizagem social, ou seja, a de reduzir o apego a um epifenômeno ao invés de tratá-lo como um fenômeno legítimo.

Na Teoria do Condicionamento Social, delineada por Gewirtz, o comportamento de apego é explicado pelas relações funcionais diádicas entre os estímulos ambientais (anteriores e consequentes) fornecidos pela aparência e comportamentos de uma figura/objeto de apego e as respostas comportamentais de uma criança a essa figura (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987). O termo “apego” é compreendido como uma metáfora e rótulo para o agrupamento de determinadas relações comportamentais coordenadas entre dois organismos, que num primeiro momento compreendem àquelas entre bebês e seus cuidadores primários e que posteriormente são estendidas para outras pessoas, objetos e grupos sociais (Schlinger, 1995; Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987).

Dentre as principais vantagens trazidas pela teoria do condicionamento social evidencia-se justamente em sua busca por explicações do comportamento de apego com referência aos eventos naturais (fenômenos ambientais) mantendo-se no nível comportamental de análise (Schlinger, 1995). A alternativa analítico-comportamental realizada a partir da análise das contingências comportamentais concretas existentes entre o par cuidador-bebê ajuda a identificar procedimentos úteis para minimizar dificuldades socioemocionais ou promover saúde emocional mais facilmente, pois sugere orientações de como manejar as contingências ambientais específicas (e.g., separação, socialização, etc.).

Gewirtz defende que uma interpretação em termos não-comportamentais (e.g., “sistema comportamental de apego”, “modelos internos de trabalho”, “modelos de representação do *self*” etc.) seria uma forma de mentalismo cognitivista dentro da abordagem etológica do apego, um enfoque explicativo que considera a explicação do comportamento como efeito de agentes ou processos internos de outra natureza ou substância distinta daquela conduta a ser explicada (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987; Schlinger, 1995). No caso da teoria etológica do apego, para exemplificar, a tese de que existe um sistema comportamental de apego interno que regula e coordena os comportamentos observáveis, pode categorizar-se como uma interpretação mentalista da relação comportamental de apego entre bebê-cuidador (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987).

No caso da pesquisa cognitiva sobre o apego, uma vez que “não existem dados que demonstrem relações funcionais entre as variáveis independentes cognitivas propostas e as variáveis dependentes dos comportamentos de apego” (Schlinger, 1995, p. 195), esta abordagem pode não possibilitar um desenvolvimento profícuo das ciências do comportamento sobre o assunto porque o fenômeno comportamental pode acabar sendo interpretado como mero sintoma ou expressão de processos que ocorrem em um nível interno (mentais ou cerebrais). Isso desviaria a agenda de pesquisa de como o desenvolvimento do conhecimento de como múltiplos arranjos diferentes de contingências ambientais pode produzir múltiplos padrões de comportamentos (que rotulamos como apego) nos bebês e seus cuidadores, dado relevante para o desenvolvimento de intervenções que partam da manipulação ambiental.

Assim, o objetivo da presente pesquisa teórica se concentra na análise crítica e síntese da principal linha de pesquisa em Análise do Comportamento sobre o apego, a saber, a Teoria do Condicionamento Social, representada na figura de seu principal

propositor, Jacob L. Gewirtz. Justifica-se a escolha desta perspectiva teórica por considerá-la um desenvolvimento pioneiro e um marco teórico na literatura do desenvolvimento humano que ainda não fora satisfatoriamente organizada como uma estrutura teórica coesa nem no campo do Apego nem no campo da Análise do Comportamento, por ter sido construída, principalmente em artigos e capítulos de livros dispersos na literatura.

Considerando que as investigações analítico-comportamentais posteriores sobre apego e desenvolvimento infantil como a observada em Novak (1998), Henrique (2016) e Novak e Peláez-Nogueras (2022) em alguma medida se reportam ao trabalho de Jacob L. Gewirtz, devido sua profundidade e amplitude vital para o desenvolvimento das ciências do comportamento e um avanço para o estudo do apego em geral, a teoria do condicionamento social foi escolhida como objeto desta pesquisa conceitual.

Método

A presente investigação inscreve-se no campo das pesquisas teórico-conceituais em ciências, especificamente, a respeito do fenômeno comportamental do apego no campo das ciências psicológicas e comportamentais. Como pesquisa teórica, o presente trabalho qualifica-se como uma análise conceitual, definida como uma interpretação de uma teoria, na medida em que esta se materializa como um texto psicológico (Laurenti & Lopes, 2016). Com isso, objetiva-se discutir os usos úteis do comportamento verbal da teoria sob análise, considerando-os um conjunto de enunciados verbais a respeito de um fenômeno comportamental específico (Machado, Lourenço, & Silva, 2000; Machado & Silva, 2007).

No que se refere à sua consecução, a presente pesquisa foi desenvolvida a partir da especificação de quais conjuntos de enunciados verbais seriam relevantes para o escopo da pesquisa, para em sequência executar-se as etapas de categorização, interpretação e síntese do texto psicológico. Para tanto, foram executadas as seguintes decisões metodológicas descritas a seguir: a definição do problema de pesquisa; a especificação das fontes bibliográficas relevantes; a seleção das fontes bibliográficas relevantes; o levantamento de dados; o tratamento dos dados bibliográficos coletados e, por fim, a síntese crítica do material analisado.

Definição do Problema

Este trabalho busca examinar conceitualmente os usos do comportamento verbal nos textos psicológicos relacionados com a Teoria do Condicionamento Social, tencionando realizar uma síntese crítica desta, tendo como referência à teoria cognitiva do apego tradicional. Tais usos foram discutidos da perspectiva de um conjunto de categorias que foram desenvolvidas a partir das fontes bibliográficas coletadas e analisadas seguindo determinados critérios de elegibilidade.

Especificação das Fontes Relevantes

Os dados relevantes para a consecução da pesquisa se referem à produção analítico-comportamental sobre a teoria do condicionamento social [ou ao apego] de autoria ou co-autoria de Gewirtz. Portanto, a bibliografia selecionada consistiu de textos que abordem diretamente o fenômeno do apego ou fazem referência a outros fenômenos ligados ou conceitos usualmente abordados sob o campo teórico do apego (e.g., referenciamento social, responsividade sensível, dependência, etc). Para tanto, procurou-se por artigos e capítulos de livro sobre o tema. Os periódicos selecionados estão dentre aqueles mais representativos da área da Análise do Comportamento em inglês, conforme a relação a seguir:

1. *Behavior Analysis and Social Action*;
2. *Behavior and Philosophy (Behaviorism)*²;
3. *Behavior and Social Issues*;
4. *European Journal of Behavior Analysis*
5. *Journal of Applied Behavior Analysis*
6. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*
7. *Perspectives on Behavior Science (The Behavior Analyst)*;
8. *The Behavior Analysis in Practice*;
9. *The Behavior Analyst Today*.

² Os nomes entre parênteses indicam nomes anteriores do mesmo periódico.

Em um segundo momento, buscando incluir possíveis textos relevantes não contemplados nesta primeira busca, realizaram-se investigações complementares na plataforma *Google Scholar*, no Catálogo de Teses e Dissertação da CAPES e nas bases de dados *PubMed*, *PsycNET*, *MEDLINE* e *LILACS*.

Elencou-se também variados livros, obras de referência e manuais clássicos sobre teoria do apego, onde a teoria do condicionamento social também encontrou espaço para ser desenvolvida textualmente, a saber, 10 livros: *Determinants of infant behaviour* (Foss, 1961); *Handbook of Socialization Theory and Research* (Goslin, 1969); *Attachment and Dependency* (Gewirtz, 1972); *Communication and Affect: A Comparative Approach* (Alloway, Krames & Pliner, 1972); *Attachment Behavior* (Alloway, Pliner & Krames, 1977); *The Psychobiology of Attachment and Separation* (Reite & Field, 1985); *Social Influences and Socialization in Infancy* (Lewis & Feinman, 1991); *Intersections With Attachment* (Gewirtz, Kurtines & Lamb, 1991); *Handbook of Moral Behavior and Development* (Kurtines & Gewirtz, 1991); *Social Referencing and the Social Construction of Reality in Infancy* (Feinman, 1992).

Seleção das Fontes

A composição do *corpus* teórico da literatura analítico-comportamental foi realizada com base em quatro etapas, a saber: (a) a busca nos periódicos especializados de Análise do Comportamento; (b) a busca nas plataformas e bases de dados; (c) a busca nos livros e coletâneas; (d) a busca nas referências dos textos selecionados bem como pelos artigos que citaram os textos selecionados. As consultas foram realizadas conforme as seguintes etapas metodológicas:

a. Busca nos periódicos especializados:

Para os periódicos, foram utilizados os mecanismos de busca das próprias páginas dos periódicos *on-line*. O levantamento dos artigos ocorreu por meio do uso dos descritores “*attachment*”; “*attachment theory*”; “*social conditioning*”; “*social conditioning theory*” em inglês. Foram escolhidos esses descritores, por representarem, respectivamente, conceitos gerais (e.g., teoria do apego) e específicos (e.g., teoria do condicionamento social) sobre as relações entre apego e Análise do Comportamento.

A triagem primária ocorreu por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, onde foram selecionados aqueles textos em que o autor pesquisado aparecia como autor ou co-autor e, que apresentavam pelo menos um dos descritores utilizados. Com este procedimento, foram localizados um total 135 artigos, onde nenhum cumpriu com critérios de elegibilidade.

b. Busca nas plataformas e bases de dados:

A busca nas plataformas e bases de dados ocorreu por meio da combinação dos seguintes descritores: “*attachment*”; “*attachment theory*”; “*social conditioning*”; “*social conditioning theory*”; “*behavior analysis*”; “*behaviorism*”; “*behavioral therapy*” em inglês.

Na *PubMED*, as fontes foram buscadas por meio do uso dos filtros por textos completos, além de textos inglês e português, enquanto na “Plataforma da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)”, selecionou-se a busca nas bases anexadas *MEDLINE* e *LILACS*, por meio das palavras-chave supracitadas e com os filtros de busca por textos completos, textos inglês e português, além de terapia comportamental. Já na *PsycNET* e no *Google Scholar* utilizou-se apenas a combinação dos descritores já mencionados, sem filtros de busca.

Assim como na etapa anterior, a triagem primária ocorreu com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, sendo selecionados apenas aqueles que incluíram pelo menos uma das palavras-chave supracitadas, desde que de autoria ou co-autoria do pesquisador estudado. Com esse processo, foram localizados 36.641 artigos, dos quais apenas 4 cumpriram critérios de elegibilidade e foram recuperados.

c. Busca nos livros e coletâneas:

Dos outros 10 livros sobre teoria do apego selecionados, foram encontrados disponíveis *on-line* apenas 6, restando para análise somente:

1. *Communication and Affect: A Comparative Approach* (Alloway, Krames & Pliner, 1972);
2. *Attachment Behavior* (Alloway, Pliner & Krames, 1977);

3. *The Psychobiology of Attachment and Separation* (Reite& Field, 1985);
4. *Handbook of Moral Behavior and Development* (Kurtines& Gewirtz, 1991);
5. *Social Influences and Socialization in Infancy* (Lewis &Feinman, 1991);
6. *Social Referencing and the Social Construction of Reality in Infancy* (Feinman, 1992).

Dos livros 6 selecionados, foram elencados apenas 6 capítulos (um de cada obra) de autoria de Jacob Gewirtz e colaboradores que discutiram os temas pertinentes para a pesquisa, totalizando 6 textos. Entretanto apenas três foram incluídos, pois dois deles já haviam sido selecionados nas etapas predecessoras, Gewirtz (1972) e Gewirtz & Peláez-Nogueras (1992) e um deles fugia do escopo da presente pesquisa, apesar de ter Gewirtz como primeiro autor. Os capítulos restantes incluídos, portanto, foram: *Experiments on Mother-Infant Interaction Underlying Mutual Attachment Acquisition: The Infant Conditions the Mother* (Gewirtz & Boyd, 1977); *The Attachment Learning Process and Its Relation to Cultural and Biological Evolution: Proximate and Ultimate Considerations* (Petrovich& Gewirtz, 1985); *Social Influence on Child and Parent via Stimulation and Operant-Learning Mechanisms* (Gewirtz, 1991).

Com esse processo, na terceira etapa de busca por fontes e dados bibliográficos relevantes para análise foram selecionados no total 3 capítulos de livro entre manuais, obras de referência e coletâneas.

Ao final das três etapas, foram separados 7 textos que versam sobre apego da perspectiva da teoria do condicionamento social. A literatura final selecionada foi organizada conforme a seguinte ordem cronológica e de autoria, obedecendo às normas de referências da APA, 5ª edição (APA, 2001). A lista completa das fontes bibliográficas a serem analisadas é descrita no quadro seguinte:

Tabela 1. *Corpus* de análise

Ordem de Publicação	Referência
01	Gewirtz, J. L. (1972). Attachment and dependence: Some strategies and tactics in the selection and use of indices for those concepts. In <i>Communication and Affect</i> (pp. 19-49). Academic Press.
02	Gewirtz, J. L., & Boyd, E. F. (1977). Experiments on mother-infant interaction underlying mutual attachment acquisition: The infant conditions the mother. <i>Attachment behavior</i> , 109-143.
03	Gerwitz, J. L., & Peláez Nogueras, M. (1987). Social-Conditioning Theory Applied to Metaphors Like “Attachment”: The Conditioning of Infant Separation Protests by Mothers. <i>Mexican Journal of Behavior Analysis</i> , 1(1), 87–103. https://doi.org/10.5514/rmac.v1.i1.26903 .
04	Petrovich, S. B. P., & Gewirtz, J. L. G. (1985). Process and Its Relation to Cultural and Biological Evolution: Proximate and Ultimate Considerations. <i>The Psychobiology of Attachment and Separation</i> , 259.
05	Gewirtz, J. L. (1991). Social influence on child and parent via stimulation and operant-learning mechanisms. In <i>Social influences and socialization in infancy</i> (pp. 137-163). Boston, MA: Springer US.
06	Gewirtz, J. L., & Pelaez-Nogueras, M. (1992). Social referencing as a learned process. <i>Social referencing and the social construction of reality in infancy</i> , 151-173.
07	Gewirtz & Peláez-Nogueras (1996). El análisis conductual del desarrollo. In <i>El Desarrollo del Comportamiento</i> (pp. 77-106). Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Coordinación Editorial.

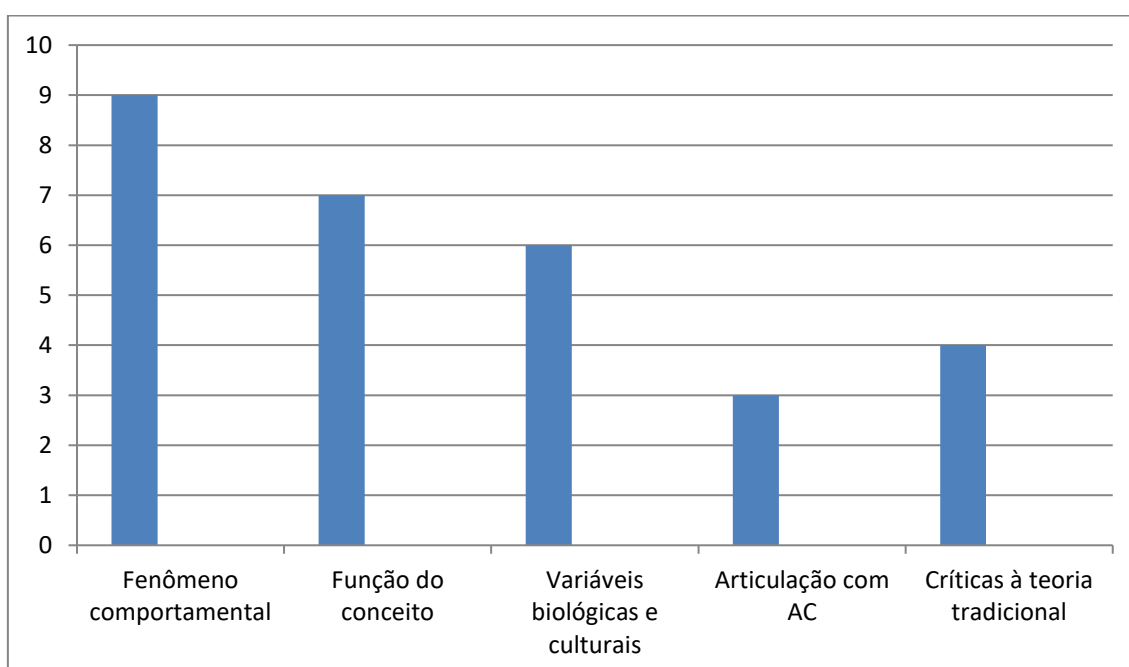
Coleta de Dados

Uma vez selecionados, os textos foram lidos e fichados, gerando um arquivo com transcrições dos trechos dos artigos com as teses fundamentais do autor exploradas nos trabalhos, que foi utilizado para o desenvolvimento das análises e síntese. Portanto, foram realizadas transcrições de trechos dos artigos com base em quatro categorias de registro: (1) apego como fenômeno comportamental; (2) funções do conceito de apego; (3) a relação entre as variáveis biológicas e culturais; (4) articulação do conceito de apego com o sistema teórico analítico-comportamental; (5) críticas teóricas e metodológicas à teoria tradicional do apego.

Tratamento dos Dados

Após o levantamento dos dados relevantes que constituíram as categorias de registro, foram elaboradas categorias de análise que sintetizam o tratamento das informações coletadas à luz dos objetivos que orientam a presente investigação conceitual. Tais categorias foram elaboradas após uma releitura do arquivo com as transcrições produzidas em forma de categoria de registro, acompanhada dos textos originais selecionados e da literatura secundária.

Figura 1. Categorias de registro



Foram transcritas 29 passagens, distribuídas nas cinco categorias de registro. A distribuição das transcrições pode ser observada na Figura I.

A categoria mais frequente foi a de *Apego como Fenômeno Comportamental*, com 9 transcrições, enquanto a segunda foi a de *Funções do Conceito de Apego*, com 7 transcrições. Em seguida, vieram as categorias de *Relação entre as Variáveis Biológicas e Culturais* e *As Críticas Teóricas e Metodológicas à Teoria Tradicional do Apego* com 6 e 4 transcrições, respectivamente, e *Articulação do Conceito de Apego com o Sistema Teórico Analítico-comportamental* em último lugar com apenas 3 transcrições.

Categorias de Análise

As categorias de análise criadas são as seguintes: i) O lugar do antimentalismo filosófico no projeto científico da teoria do condicionamento social (epistemológico); ii) A natureza comportamental do apego e suas implicações para o debate inato-aprendido (ontológico); iii) Vantagens e utilidade da teoria do condicionamento social (pragmático).

Tais categorias possibilitaram o desenvolvimento dos tópicos a seguir sobre a teoria analisada.

Resultados

O lugar do antimentalismo filosófico no projeto científico da teoria do condicionamento social

A primeira categoria relevante a ser desenvolvido na discussão da teoria do condicionamento social diz respeito à perspectiva adotada por seu autor e que se caracteriza como um dos principais fundamentos epistemológicos de sua teoria: o lugar do seu antimentalismo filosófico em seu projeto científico. Ao avançar sua teoria aos dados empíricos e construtos teóricos da teoria tradicional do apego, Gewirtz partiu de uma posição antimentalista ao conceber o fenômeno do desenvolvimento socioemocional que serviu como pilastra central para seu projeto científico.

Citando nomeadamente os pesquisadores Ainsworth (1972) e Lamb (1974), Gewirtz (1972; 1976) afirma que estes clássicos da teoria do apego costumam defender a posição de que a ênfase das pesquisas no campo deve estar no apego como um “vínculo duradouro” ou “laço afetivo” como espécie de entidade, e não nos comportamentos específicos que “mediariam” o apego e que apenas indicariam e sinalizariam sua existência. Tal raciocínio é chamado de *reificação* (Peláez-Nogueras, Gewirtz & Wong, 2008), ou seja, a disposição psicológica de transformar conceitos e ideias abstratas (como relações comportamentais) em coisas ou objetos supostamente com propriedades ontológicas reais e de causalidade. Aqui, no caso, um sistema de apego que existiria dentro da mente ou decorrente do funcionamento do cérebro das pessoas.

Segundo Keat (1972), a prática mentalista seria má teoria científica. Já de acordo com Carvalho Neto, Tourinho, Zilio e Strapasson (2012), o mentalismo sequer seria uma teoria com caráter científico, afinal, ao admitir a existência de entidades imateriais ou

não-físicas dentro dos sujeitos, que assumiriam o status de uma variável independente afetando o comportamento (um fenômeno natural; Abib, 1985), o raciocínio mentalista cai no problema do homúnculo³ (Zilio & Carrara, 2008). Além de passar por cima do critério epistemológico em ciências naturais de que “eventos naturais surgem somente de outros eventos naturais” (Baum, 2019, p. 34), supor a existência do homúnculo não-físico implica comprometer-se com uma explicação sobre como é possível o não-físico dar origem ao físico sem violar as leis da conservação de massa, energia e momentum (Fodor, 1981).

Do lado da Análise do Comportamento, houve a rejeição do dualismo implícito no mentalismo ainda em uma fase inicial de seu desenvolvimento enquanto ciência (Chiesa, 1988), por assentar-se em uma filosofia materialista (Foxall, 2010), rejeita as noções cartesianas de dualidade mente-corpo, onde o corpo é físico e a mente tida como não-física. A partir desta posição filosófica materialista, o comportamentalismo radical (Skinner, 1974) contorna tanto o problema do homúnculo, quanto as possíveis pseudo-explicações que inevitavelmente entrariam em contradição com o restante das leis em ciências naturais (como a lei da conservação de energia), por explicar o comportamento em relação a outros eventos naturais (Abib, 1985).

Dentre as implicações da agenda de pesquisa mentalista, ou seja, o raciocínio que consiste em procurar por causas não-físicas internas para o controle do comportamento, está o desvio do enfoque de pesquisa e por consequência o comprometimento com explicações que atrapalham a própria pesquisa (Skinner, 1950). Ao supor “ficções explicativas” para o comportamento, o mentalismo desvia o foco das variáveis concretas que controlam as regularidades comportamentais (Baum, 2019; Keat, 1972), falhando em oferecer explicações plausíveis e úteis para a previsão e controle do comportamento por obscurecer dados importantes para a identificação de outras variáveis concretas (Carvalho Neto et al., 2012).

Para Gewirtz (1972) e Schlinger (1995), o desvio da ênfase do nível comportamental atrapalharia o desenvolvimento do conhecimento de como múltiplos arranjos de contingências podem predispor a múltiplos padrões de comportamentos nos bebês e em seus cuidadores. Por outro lado, a alternativa analítico-comportamental

³O problema do homúnculo em filosofia das ciências significa a prática de invocar em nível explicativo de um agente interno metafórico (um pequeno homúnculo) que controlaria os comportamentos dos sujeitos humanos. Entretanto, recorrer a tal agente significa cair em um novo problema: explicar o próprio funcionamento do homúnculo sem cair em explicações tautológicas ou sem mencionar um outro homúnculo ou propriedades *ad-hoc* (Carrara, 2004; Zilio & Carrara, 2008).

realizada a partir das relações concretas entre cuidadores e bebês pode ajudar a identificar mais facilmente procedimentos e intervenções úteis para minimizar dificuldades socioemocionais (e.g., separação, socialização, etc.), por não se comprometer com o mentalismo próprio da pesquisa cognitiva sobre apego.

Desta base antimentalista, o autor descreve, por exemplo, os problemas em usar a idade cronológica como variável independente na investigação psicológica sobre processos típicos de desenvolvimento, ao invés de focar nos processos comportamentais que ocorrem no tempo que transcorre e que constitui a preocupação do cientista psicológico (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1996). Além disso, para Gewirtz (1972), nesta visão há muitas vezes a suposição implícita (e para ele, injustificada) de que a ocorrência de um índice comportamental de apego seja qual for, é independente do contexto. Pelo contrário, há evidência suficiente de que os contextos situacionais adquirem controle discriminativo diferencial sobre comportamentos de apego.

No caso da idade, o problema reside no fato de que sozinha esta variável não fornece informações suficientes para a manipulação do comportamento, mas tão somente constitui o espaço no qual as características do ambiente e do genoma interagem com o comportamento dos indivíduos (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1996). O foco, portanto, deveria recair nas variáveis ambientais e não na idade cronológica (Gewirtz, 1972). Segundo Skinner (1953), o aumento na probabilidade de algo em função da idade é muitas vezes denominado maturação e podemos alcançar certos graus de previsibilidade seguindo esta agenda de pesquisa utilizando-se da idade. A maturação biológica é condição para que algo ocorra, ainda que dependente de relações comportamentais. Entretanto, seguindo esta lógica, não poderemos prever com alto grau de precisão quando um indivíduo em particular irá se comprometer com determinado comportamento específico, se apenas estabelecemos a idade média em que esse comportamento aparece na população.

Quanto à suposição de independência entre comportamento e contexto, segundo Gewirtz (1972), essa é uma suposição insustentável, mas que infelizmente muitas vezes é endossada implicitamente, apesar de os dados obtidos em experimentos operantes demonstrarem que a ocorrência dos comportamentos de apego depende das demandas e restrições ambientais apresentadas e da história de reforço dos sujeitos, além das restrições típicas da espécie (Petrovich & Gewirtz, 1985). Ao assumir o mentalismo e desviar o olhar das contingências comportamentais para outros lugares como o interior

do organismo, a idade, a maturação biológica, etc., perdem-se as configurações de contexto e contingências que facilitam ou restringem os comportamentos de apego.

Percebe-se que a partir de sua crítica a como conceber seu objeto de estudo, o autor desenvolve suas críticas metodológicas sobre como estudar este fenômeno e, que sua posição deriva inicialmente de uma posição antimentalista frente os fenômenos psicológicos. Ao conceber o apego para designar uma classe de relações comportamentais específicas entre um indivíduo e uma figura de apego e não como uma entidade externa (ou interna) ao processo comportamental, mas intrínseca a ele, o autor critica as abordagens cognitivas do apego (o que inclui a teoria tradicional etológica bowlbiana) por seu caráter mentalista e por todas as implicações decorrentes disso, como basear o foco de pesquisa na variável idade em detrimento de abordagens operantes, etc.

A natureza comportamental do apego e suas implicações para o debate inato-aprendido

A segunda categoria a ser esclarecido sobre a teoria do condicionamento social diz respeito à definição analítico-comportamental de apego proposta pela teoria e suas implicações para o debate inato-aprendido. Adotando uma perspectiva evolutiva para a explicação do fenômeno do apego, a teoria do condicionamento social inclui variáveis biológicas e culturais na explicação do comportamento social precoce, além de operacionalizá-lo utilizando-se de conceitos próprios do campo de controle de estímulos, compreendendo, então, que os comportamentos que denotam apego são operantes discriminados socialmente. No contexto do debate inato-aprendido, a teoria do condicionamento social assume uma postura interacionista e contextual, negando concomitantemente, o ambientalismo radical e o inatismo.

a. Os mecanismos evolutivos do apego

Do ponto de vista das origens evolutivas últimas do apego, divergindo de Bowlby (1969), para quem a origem evolutiva do apego se deve à pressão seletiva de predação, Petrovich e Gewirtz (1985) argumentam que a resposta à predação, na forma de cuidados

e proteção, é apenas uma única medida de investimento parental (que também investem gametas, comportamento pré-copulatório, cópula, etc.) e não deve desviar o foco da causalidade última do apego, que seria, portanto, a função evolutiva de aumentar a *aptidão inclusiva* dos indivíduos de uma espécie.

Em outras palavras, dizer que comportamentos de apego visam aumentar a aptidão inclusiva dos indivíduos significa dizer que visam aumentar o efeito total que um indivíduo tem sobre a propagação de seus genes através da produção de sua própria prole e fornecendo suporte para que parentes biológicos produzam seus próprios descendentes (cf. Reece, Meyers, Urry, Cain & Wasserman 2015).

Aplicando a estrutura conceitual da evolução para a explicação da existência humana e dos comportamentos, os autores também são coerentes com Skinner (1984) ao apresentarem o apego como fruto do entrelaçamento de pelo menos duas histórias evolutivas: evolução orgânica e cultural, inserindo os fenômenos de aprendizagem como decorrentes da história cultural (Petrovich & Gewirtz, 1985). A abordagem teórica proposta para a definição do comportamento de apego nesta perspectiva analítico-comportamental, leva em conta tanto os processos de causalidade próximos tipicamente comportamentais e processos de causalidade distais (Petrovich & Gewirtz, 1985).

A aprendizagem social rotula uma categoria de comportamento que envolve estímulos fornecidos por um membro de uma unidade social, mas que obedece aos mesmos princípios da aprendizagem não-social (Gewirtz, 1991). Explorando as raízes do comportamento social, Petrovich e Gewirtz (1985) salientam que é altamente provável que a seleção natural tenha selecionado maior maleabilidade, aprendizado e cognição entre os vertebrados. Essa mudança, alcançada por meio de alterações genéticas e sistemáticas no comportamento, aparentemente pavimentou o caminho para o surgimento de manifestações mais notáveis de processos sociais, como cultura e tradição.

No contexto da evolução orgânica, os seres humanos passaram por um processo no qual a matéria orgânica respondeu às alterações em seu ambiente, seguindo os princípios evolutivos de variação e seleção. Por outro lado, a evolução cultural abrangeu o desenvolvimento de comportamentos designados precisamente como aprendizagem e tradição (Petrovich & Gewirtz, 1985). Por meio da evolução biológica, os seres vivos respondem às contingências de sobrevivência e se ajustam às demandas do meio ambiente, enquanto, por meio da evolução cultural, eles modificam e moldam ativamente o cenário para atender às suas próprias exigências (Petrovich & Gewirtz, 1985).

Procurando integrar o fenômeno da estampagem (observado em espécies precociais) e o apego (presente em espécies altriciais) em uma única estrutura conceitual, os autores afirmam que ambos os termos se referem ao mesmo processo. Esse processo envolve a atribuição, por meio da exposição precoce sistemática, das respostas de filiação da prole ao controle inicial de um objeto social, geralmente a mãe biológica (Gewirtz, 1991). Supõe-se que o mesmo processo de aprendizagem operante está subjacente a ambos os fenômenos (Petrovich & Gewirtz, 1985; Gewirtz, 1991).

Amparados pela teoria da seleção de parentesco, que explica o mecanismo evolutivo que favorece uma característica devido ao seu efeito sobre o sucesso reprodutivo dos parentes de um organismo (cf. West, Griffin & Gardner, 2007), e pela teoria do investimento parental, que explica evolutivamente as razões que levam os genitores a investirem recursos na sua prole (cf. Trivers, 1972; Clutton-Brock, 1991), afirmam que é possível que comportamentos que denotam apego possam ser encontrados entre populações reprodutivas que partilhem um número significativo de genes (Petrovich & Gewirtz, 1985).

Outra implicação desta teoria prevê que sob condições ecologicamente apropriadas para aquela espécie, os processos de estampagem e apego costumam produzir resultados comportamentais prototípicos da espécie, que em última análise pode culminar na produção de descendentes (Petrovich & Hess, 1980; Petrovich & Gewirtz, 1985) e, o inverso, a exposição a estímulos biologicamente inapropriados durante o desenvolvimento social pode isolar funcionalmente o indivíduo de sua população reprodutiva, o que sugerem os experimentos iniciais de Harlow (1950; 1958).

b. A definição analítico-comportamental do apego

Diferente da teoria etológica do apego, na teoria do condicionamento social o apego não é uma entidade como um vínculo afetivo que existe mediando os comportamentos de apego, mas um rótulo metafórico para um processo comportamental de aquisição de confiança e proximidade, tipicamente concomitante, entre pelo menos dois indivíduos (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987). Em tal processo de influência social mútua (Gewirtz & Boyd, 1987), ocorre que estímulos fornecidos pela aparência e comportamentos de um indivíduo adquirem controle sobre os comportamentos de outro

e vice-versa, em uma troca de influência bidirecional, onde tais funções podem envolver várias figuras simultaneamente e em qualquer intervalo de tempo (Gewirtz, 1976).

O termo apego é normalmente usado para se referir ao comportamento de uma criança em algumas situações interpessoais específicas com cuidadores, mas também abrange outras relações como relacionamentos românticos, relações interespecie e até relação pessoa-objeto (objetos, lugares, conceitos, etc.) (Gewirtz, 1976). Ocasionalmente, também é usado para ordenar os padrões de respostas de um adulto sob controle de comportamentos de uma criança, como no caso da teoria do condicionamento social (Gewirtz & Boyd, 1977a).

Segundo Gewirtz, o controle de estímulos fornece as bases para compreendermos os processos comportamentais que ocorrem na influência social entre indivíduo e figura de apego (Gewirtz, 1969; 1972; 1991). Em suas próprias palavras, “(...) a análise procede em termos de condicionamento simples, utilizando os conceitos de respostas, estímulos discriminativos e reforçadores, e a concepção de contingências sequenciais ou encadeamentos” (Gewirtz, 1969, p.160). No caso do apego infantil, portanto, os estímulos fornecidos pela aparência e comportamento da mãe (ou cuidador) adquirem controle discriminativo e reforçador sobre as respostas do bebê, enquanto os estímulos fornecidos pela aparência e comportamento do bebê controlam discriminativamente as respostas da mãe, o que denota a aquisição mútua de apego (Gewirtz & Boyd, 1977a).

Desta forma, desde a mais tenra idade são estabelecidas relações funcionais bidirecionais entre o comportamento do bebê e seus cuidadores primários (Bijou & Baer, 1978), onde ocorreria a discriminação dos estímulos que dão contexto para a emissão de comportamentos que denotam o apego infantil. Em termos analítico-comportamentais, os comportamentos de apego constituem operantes discriminados, portanto não podem ser confundidos com traços psicológicos intersituacionais, mas comportamentos controlados por estímulos discriminativos e reforçadores particulares fornecidos por uma figura de apego específica na presença de estímulos contextuais, portanto situacionais (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1987).

Buscando enfatizar as relações funcionais entre estímulos (antecedentes e consequentes) e respostas comportamentais, algumas estratégias para a seleção e utilização de índices de apego são mais comuns na literatura (Gewirtz, 1972). O apego foi medido por diversos agrupamentos de classes de respostas escolhidas que vão desde: respostas que indicam controle positivo direto pelos estímulos fornecidos por uma figura de apego (agarrar, sorrir, tocar, segurar, etc.), respostas que indicam controle diferencial

por estímulos fornecidos por uma pessoa em detrimento de outra (vocalizações, sorrisos, choro, etc.), ausência de respostas exploratórias em novo contexto e na presença de uma pessoa, respostas que indicam controle positivo em contextos específicos de controle de estímulos, respostas de evitação de pessoas estranhas e respostas emocionais como acessos de raiva e choramingos (Gewirtz, 1972).

c. Implicações para o debate inato-aprendido

O ponto de vista da teoria do condicionamento social, por sua perspectiva integradora entre variáveis biológicas e culturais, leva em consideração a emergência do comportamento social como fruto da evolução cultural preparada pela evolução orgânica (Petrovich & Gewirtz, 1985). Desta forma, os comportamentos típicos de apego não podem ser compreendidos como pré-programados como sugerem algumas teorias cognitivas e etológicas do apego de viés mais nativista (cf. Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992), mas deve-se entender que os organismos humanos nascem preparados biologicamente para aprender e responder diferencialmente a um ambiente social (Petrovich & Gewirtz, 1985). Como escrevem os autores:

Duas suposições caracterizam as orientações atuais: primeiro, a aprendizagem é influenciada por restrições típicas da espécie; e segundo, com base na sua preparação biológica, os animais aprendem associações que são características da história natural da espécie porque algumas formas de aprendizagem são modos particulares de adaptação a contingências ecológicas específicas. (Petrovich & Gewirtz, 1985, p. 268, tradução própria).

O pressuposto de que algum fenômeno típico de apego é pré-programado já foi endossado anteriormente por teóricos do apego da teoria tradicional. Campos (1993), por exemplo, referindo-se ao processo de referência social, típico do campo do apego, afirma que esta se trata de um processo “biologicamente adaptativo e envolve respostas e percepções pré-programadas” (p. 85) e em Campos, Barrett, Lamb, Goldsmith e Stenberg (1983) que “ao contrário da linguagem e da cognição, as emoções básicas (...) utilizam um processo agora conhecido por não requererem aprendizagem social nem para recepção de pelo menos alguns sinais faciais e gestuais... nem para produção de tais sinais” (p. 73).

A referência social é o processo pelo qual, por volta do quarto trimestre de vida, bebês humanos procuram e usam informações das expressões emocionais faciais, gestuais e/ou vocais de outras pessoas (na maior parte das vezes a mãe biológica) para se orientar comportamentalmente em contextos de ambiguidade/incerteza (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992). Para autores cognitivos, portanto, tais capacidades comportamentais de referência social são herdadas biologicamente sem aprendizagem e, as informações para orientar o comportamento estariam contidas nas próprias expressões emocionais (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992).

Esse tipo de teoria é chamado de pré-formacionista (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992). Uma abordagem é assim definida quando defende a tese de que traços fenotípicos podem ser pré-especificados, pré-programados ou de alguma forma pré-determinados, ignorando o papel dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, ou atribuindo a eles apenas o papel de liberador de tais capacidades filogenéticas (Lickliter & Honeycutt, 2003). No caso de concepções pré-formacionistas do apego sobre referência social, segue-se que, cedo na vida, o recém-nascido será capaz de compreender significados das expressões emocionais maternas sem histórico de aprendizagem algum (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992).

Apresentando uma alternativa contextual à abordagem nativista tais teorias, Gewirtz e Peláez-Nogueras (1992) discutem que tais pressupostos pré-formacionistas sobre respostas incondicionais pré-programadas podem ser incorretas mesmo quando usados para organizar o comportamento de recém-nascidos. Tal perspectiva, por exemplo, ignora a possibilidade de aprendizagem por exposição, ainda no útero, o que pode confundir os resultados como devidos à pré-formação do indivíduo (cf. DeCasper & Fifer, 1980). Sendo a aprendizagem pré-natal um processo que ocorre, pode explicar em parte os fenótipos comportamentais do apego precoce que levam os teóricos cognitivos a inferir precipitadamente mecanismos inatos (Schlinger, 1995). O que é compatível com uma visão sistêmica ou interacionista de desenvolvimento, ao sustentar que comportamentos típicos da espécie são também resultados de fatores ontogenéticos (Gehm, 2013).

De toda forma, trata-se de uma questão empírica e, baseado nisso, Gewirtz e Peláez-Nogueras (1992) não só concebem o fenômeno da referência social teoricamente, como apresentam evidências empíricas do fenômeno como um processo aprendido (cf. Gewirtz, 1991; Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992). Segundo os autores, a priori, o estímulo social (e.g., expressões faciais maternas) é originalmente neutro em valor, mas

pode vir a discriminar com segurança consequências positivas ou aversivas para o recém-nascido a partir da aprendizagem em contextos de incerteza. Desta forma, as respostas infantis são vistas como operantes discriminados que são estimulados pelas expressões faciais maternas e modelados pelas consequências sociais fornecidas por essa mesma mãe (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992).

Diferente do que podem pressupor os críticos, a teoria do condicionamento social não é uma teoria ambientalista (como o eram algumas teorias prévias baseadas em aprendizagem social que disputavam hegemonia com a teoria bowlbiana), muito menos determinista biológica (como o são algumas teorias etológicas que buscam reduzir o apego a mecanismos inatos), mas interacionista, compreendendo os dois pólos, as influências ambientais e as influências biológicas, em constante interação, compreendendo o desenvolvimento como um produto relacional (cf. Gehm, 2013).

A pergunta se o desenvolvimento humano é resultado de influências biológicas, ambientais ou ambas é, para Peláez-Nogueras, Gewirtz e Wong (2008) um pseudoproblema e a dicotomia entre inato-aprendido uma falsa dicotomia. Afinal, desde o momento da concepção, tanto herança genética quanto os fatores contextuais estão agindo mutuamente sobre a formação dos indivíduos (Novak & Peláez-Nogueras, 2004). Para tais autores, as influências biológicas e ambientais são multilineares e inter-relacionadas. Portanto, ambos os pontos de vista sempre precisam ser assimilados para explicar o comportamento (Peláez-Nogueras, Gewirtz & Wong, 2008).

Vantagens e utilidade da teoria do condicionamento social

Por fim, a terceira e última categoria a ser analisada é sobre as vantagens e utilidade prática da teoria do condicionamento social a partir da análise das obras de Gewirtz. Antes de tudo, ela fornece uma base para compreender as principais características e variáveis controladoras do condicionamento social que ocorre nos primeiros anos de vida, em particular dos operantes socialmente discriminados (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1978). Em segundo lugar, ao fornecer um sistema teórico útil para a compreensão das relações comportamentais de apego, nos dá uma base para minimizar ou eliminar comportamentos infantis que possam ser problemáticos ao desenvolvimento ao facilitar a construção de tecnologias comportamentais que pais e professores podem

usar para intervir em problemas de comportamento e de desenvolvimento socioemocional (Schlinger, 1995).

Nesta abordagem comportamentalista do apego, a pesquisa experimental parece demonstrar a utilidade do condicionamento operante e da concepção de condicionamento mútuo para organizar as principais características contínuas existentes na interação mãe-bebê e as mudanças progressivas que ocorrem ao longo do tempo (Gewirtz & Boyd, 1977a). Os investigadores demonstraram com bebês, crianças e adultos humanos, que diversos comportamentos sociais podem ser facilmente condicionados sob o paradigma da aprendizagem operante, utilizando-se como consequência reforçadora estímulos fornecidos por outra pessoa (Gewirtz, 1991).

Dentre as principais vantagens da teoria do condicionamento social, portanto, destaca-se seu olhar em buscas no nível comportamental, fruto de seu antimentalismo, porque fornece hipóteses úteis para analisar e projetar novas relações comportamentais, ao focalizar o olhar simultaneamente aos elementos funcionais do ambiente e do comportamento infantil por eles afetado (Gewirtz, 1991; Schlinger, 1995). Tal abordagem é vista em Gewirtz e Peláez-Nogueras (1978), onde exploram um programa de pesquisa envolvendo protestos infantis durante breves separações de suas mães. Além de terem investigado quais contingências maternas estão por trás da aquisição e manutenção dos protestos de separação, desenvolveram-se heurísticas para diminuir a angústia nos bebês, bem como problemas de comportamento (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1978).

A concepção de aprendizagem operante subjacente à teoria do condicionamento social, portanto, parece fornecer um sistema eficiente para estudar tanto os processos de influência social sem cair nos erros da agenda de pesquisa mentalista, análise e produção de novos ambientes funcionais e desenvolvimento de tecnologia de mudança de comportamento (Gewirtz, 1991).

Discussão

A teoria do apego é uma teoria psicológica que busca descrever os mecanismos que estão envolvidos no desenvolvimento do comportamento socioemocional, denominado comportamento de apego, especialmente analisando o comportamento infantil em relação aos seus cuidadores como metodologia preferencial (Bowlby, 1989;

Gehm, 2017; Marrone, 2014). Do ponto de vista da teoria etológica do apego, isto é, da teoria tradicional, de viés cognitivo e altamente inspirado nos trabalhos de John Bowlby e Mary Ainsworth, os indivíduos nascem pré-programados biologicamente para responder às interações sociais com seus coespecíficos como resposta evolutiva à pressão de predação e ameaça e rompimentos de tais laços podem ser patogênicos (Bowlby, 1969).

Na literatura analítico-comportamental, especificamente na pioneira obra teórica e empírica de Jacob L. Gewirtz, o fenômeno do apego, ou do desenvolvimento socioemocional, é investigado por meio do paradigma de aprendizagem operante e da pressuposição de condicionamento mútuo, no quadro de referência da teoria do condicionamento social, alternativa interacionista às teorias cognitivas do apego (Gewirtz, 1991). Utilizando-se do paradigma operante e dos procedimentos experimentais de controle de estímulos, o autor demonstrou ser capaz de condicionar as mais variadas respostas sociais: sorrisos, vocalizações, choros, gemidos, lamentos, agitação e até emoções (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1991; Gewirtz & Peláez-Nogueras, 2000; Rheingold, Gewirtz, Ross, 1959).

Tendo como ponto de partida o texto psicológico da teoria do condicionamento social, o presente trabalho propôs-se a discutir os usos do termo apego e afins dentro do quadro de referência desta teoria comportamentalista do apego, contrastando onde esta diverge com a teoria tradicional, a fim de mapear e avaliar suas potencialidades criticamente. Para realizar tal intento, categorias de registro foram desenvolvidas como chave de leitura e, posteriormente, categorias de análise foram construídas para analisar e avaliar as afiliações e fundamentos dos conceitos da teoria.

Em uma primeira análise, dentre as principais características epistemológicas da teoria destaca-se o papel que o antimentalismo filosófico ocupa em seu projeto científico. Compreendendo *apego* como um rótulo para ordenar um conjunto específico de relações comportamentais, Gewirtz defende que os comportamentos de apego são condicionados socialmente e, falar sobre o apego como um “vínculo duradouro” ou “laço afetivo” subjacente aos processos comportamentais observados é um erro mentalista que leva a problemas conceituais e metodológicos grosseiros (Gewirtz, 1976; 1991). Do ponto de vista da teoria do condicionamento social, ele redireciona a prática experimental para as contingências comportamentais em vigor e para as relações existentes entre as respostas infantis e as condições ambientais (Schlinger, 1995).

Ainda como consequência do seu antimentalismo, a teoria não coloca seu olhar em variáveis abstratas como idade cronológica, ao entender que o tempo é apenas a dimensão física na qual as interações comportamentais ocorrem e não uma variável independente (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1996). Além disso, não cai no problema de atribuir a explicação dos fenômenos de apego a capacidades inatas internas, mas compreende que os comportamentos típicos de apego são sempre fruto tanto de variáveis filogenéticas quanto ontogenéticas, incluindo sua topografia (Peláez-Nogueras, Gewirtz & Wong, 2008). Uma vez que seu antimentalismo delineia como o autor descreve e busca explicar seu próprio objeto de estudo, isto é, as contingências operantes que ocorrem na relação entre bebê e suas figuras de apego, afirma-se que tal posicionamento epistemológico ocupa um lugar central em seu projeto científico.

Em segundo lugar, fugindo das explicações deterministas biológicas no campo do apego, colocando o comportamento social no quadro da evolução, a teoria busca explicar como, através de restrições biológicas própria da sua espécie, comportamentos de apego são condicionados por membros de uma unidade social na qual os indivíduos estão inseridos, descrevendo a dinâmica bidirecional de condicionamento que ocorre entre bebê e seu cuidador (Petrovich & Gewirtz, 1985). Assumindo uma posição interacionista e, portanto, contextualista, sobre o apego, a teoria do condicionamento social busca integrar capacidades filogenéticas e variáveis ontogenéticas para explicar os comportamentos típicos de apego como a referência social, sem apelar para o inatismo e nem cair no ambientalismo radical (Gewirtz & Peláez-Nogueras, 1992).

Divergindo da teoria tradicional, a teoria do condicionamento social defende que a função evolutiva do apego é aumentar a aptidão inclusiva dos indivíduos e, não somente um mecanismo evolutivo surgido em resposta à pressão de predação. Dessa forma a aptidão inclusiva final refere-se a uma medida de sobrevivência dos genes resultantes do sucesso reprodutivo, levando em consideração qualquer influência que um indivíduo possa exercer na aptidão daqueles com quem compartilha os mesmos alelos (Petrovich & Gewirtz, 1985). Outra diferença da teoria é sua tentativa de tentar integrar o fenômeno da estampagem e do apego em uma única estrutura conceitual. Segundo os autores defendem, o mesmo processo comportamental genérico está por trás de ambos os fenômenos, ou seja, a filiação da prole à influência social dos coespecíficos (Petrovich & Gewirtz, 1985).

Ao examinar os mecanismos de formação e aquisição do apego, a teoria do condicionamento social busca incorporar as evidências empíricas em um arcabouço

conceitual que compreende a mudança genética e as mudanças comportamentais como os meios pelos quais as espécies desenvolvem suas características estruturais e funcionais para se adaptar às contingências ecológicas particulares. Isso abrange a consideração de eventos contemporâneos e imediatos, assim como eventos remotos e conclusivos do passado evolutivo, baseando-se nos conceitos evolutivos familiares de aptidão inclusiva, seleção de parentesco, investimento parental e preparação biológica (Petrovich & Gewirtz, 1985).

Para a teoria, o comportamento social e a aprendizagem podem ser facilitados ou restringidos pela ecologia física e social de um ambiente, bem como facilitado ou limitado pela manipulação dos objetos e fatores ecológicos próprios de um ambiente (Petrovich & Gewirtz, 1985). No contexto da teoria, ecologia significa as condições gerais de um ambiente que determinam quais eventos e comportamentos podem ou não ocorrer, se uma criança pode ou não detectar um estímulo sensorial ou se uma determinada resposta vai ser ou não reforçada, por exemplo. Assim, as condições ecológicas podem isolar um organismo jovem ou fazer com que este seja exposto a coespecíficos adultos e suas atividades específicas (Petrovich & Gewirtz, 1985).

É justamente aí onde reside a importância do apego não apenas para garantir a proteção do filhote recém-nascido, mas para garantir que este seja exposto aos comportamentos típicos de sua espécie, por meio da aprendizagem e exposição a adultos competentes (Petrovich & Gewirtz, 1985). Do ponto de vista da abordagem comportamentalista do apego, a aprendizagem social é uma consequência funcional dos processos de apego, segundo Petrovich e Gewirtz (1985), referindo-se à estampagem, por exemplo. Eles escrevem que além do repertório comportamental de seguir a mãe garantir a mitigação das chances de predação, tais processos de apego e estampagem fornecem acesso a alimento, abrigo e períodos de interação social com coespecíficos.

Ao delinear minuciosamente um modelo de aprendizagem operante destinado à concomitante aquisição do apego entre mãe e bebê, Gewirtz apresentou evidências empíricas por meio de uma série de estudos criteriosos do condicionamento recíproco. Sua pesquisa elucidou de maneira substancial como as respostas de um indivíduo poderiam influenciar e condicionar de forma simultânea as respostas do outro, revelando assim a intrincada interconexão existente nesse delicado processo de formação do apego. Ao fornecer uma abordagem analítico-funcional do apego, portanto, permite perspectivas e dados úteis para analisar e projetar novos contextos e relações comportamentais a fim de se modelar comportamentos de apego (Gewirtz, 1991).

Referências

Abib, J. A. D. (1985). *Skinner, naturalismo e positivismo* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Ainsworth, M. D. (1972). Attachment and dependency: A comparison. In J. L. Gewirtz, *Attachment and dependency*. V. H. Winston & Sons.
- Ainsworth, M. D. S., & Bell, S. M. (1977). Infant crying and maternal responsiveness: A rejoinder to Gewirtz and Boyd. *Child Development*, 1208-1216.
- Ainsworth, Blehar, Waters & Wall. (1978/2015). *Patterns of Attachment: A Psychological Study of the Stranger Situation* (1^a Ed). Psychology Press.
- Ainsworth, M. S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American psychologist*, 46(4), 333.
- Ainsworth, M. D., & Marvin, R. S. (1995). On the shaping of attachment theory and research: An interview with Mary DS Ainsworth (Fall 1994). *Monographs of the society for research in child development*, 3-21.
- Baum, W. M. (2017). *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution*. John Wiley & Sons.
- Bijou, S. W., & Baer, D. M. (1978). *O Desenvolvimento da Criança: Uma análise comportamental*. Ed. Pedagógica da Universidade de São Paulo.
- Bowlby (1958). The Nature of the Child's Tie To His Mother, *International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 350-373.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Attachment* (Vol 1). Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). Attachment and loss: retrospect and prospect. *American journal of Orthopsychiatry*, 52(4), 664.
- Bowlby (1989). *Uma base segura: Aplicações Clínicas da Teoria do Apego*. Artes Médicas.
- Bowlby, J., Ainsworth, M., Boston, M., & Rosenbluth, D. (1956). The effects of mother-child separation: a follow-up study. *British Journal of Medical Psychology*, 29(3-4), 211-247.
- Bretherton, I. (1987). New perspectives on attachment relations: Security, communication, and internal working models. In (Org.) *Handbook of Infant Development* (pp. 1061-110). John Wiley & Sons.
- Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 2(5), 759-775.
- Campos, J. J. (1983). The importance of affective communication in social referencing: A commentary on Feinman. *Merrill-Palmer Quarterly*, 29, 83-87.
- Campos, J. J., Barrett, K. c., Lamb, M. E., Goldsmith, H. H., & Stenberg, C. (1983). Socioemotional development. In M. M. Haith & J. J. Campos (Eds.), *Handbook*

- of child psychology: Vol. 2. Infancy and developmental psychobiology (pp. 783-916). New York: Wiley.
- Carvalho Neto, M. B., Tourinho, E. Z., Zilio, D., & Strapasson, B. Â. (2012). BF Skinner e o mentalismo: uma análise histórico-conceitual (1931-1959). *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 22, 13-39.
- Cassidy, J. & Shaver, P. R. (2016). *Handbook of Attachment* (3^a ed.). The Guilford Press.
- Catania, A. C. (1998). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*. Artmed.
- Chiesa, M. (1988/2006). *Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência*. Brasília: Editora Cealeiro.
- Clark, R. E. (2004). The classical origins of Pavlov's conditioning. *Integrative Physiological & Behavioral Science*, 39(4), 279-294.
- Clutton-Brock, T. H. (1991). *The evolution of parental care* (Vol. 64). Princeton University Press.
- DeCasper, A. J., & Fifer, W. P. (1980). Of human bonding: Newborns prefer their mothers' voices. *Science*, 208(4448), 1174-1176.
- Etzel, B. C., & Gewirtz, J. L. Experimental modification of caretaker-maintained high-rate operant crying in a 6- and a 20-week-old infant (*Infant tyrannotearus*): extinction of crying with reinforcement of eye contact and smiling. *Journal of Experimental Child Psychology*, 1967, 5, 303-317.
- Fodor, J. A. (1981). The mind-body problem. *Scientific American*, 244(1), 114-123.
- Gehm, T. P. (2017). *Efeitos da separação materna sobre o desenvolvimento de respostas sociais em ratos [Dissertação de Mestrado]*. Universidade de São Paulo.
- Gewirtz, J. L. & Baer, D. M. (1958a) The effect of brief social deprivation on behaviors for a social reinforcer. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 56, 49-56.
- Gewirtz, J. L. & Barr, D. M. (1958b) Deprivation and satiation of social reinforcers as drive condition. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 57, 165-172.
- Gewirtz, J. L. (1969). Mechanisms of social learning: Some roles of stimulation and behavior in early development. In D. A. Goslin (Ed.), *Handbook of socialization theory and research* (pp. 160-173). Chicago, IL: Rand-McNally.
- Gewirtz, J. L. (1972). On the selection and use of attachment and dependence indices. In J. L. Gewirtz, *Attachment and dependency*. V. H. Winston & Sons.
- Gewirtz, J. L. (1976). The attachment acquisition process as evidenced in the maternal conditioning of cued infant responding (particularly crying). *Human Development*, 19(3), 143-155.

- Gewirtz, J. L., & Boyd, E. F. (1977a). Does maternal responding imply reduced infant crying? A critique of the 1972 Bell and Ainsworth report. *Child Development*, 1200-1207.
- Gewirtz, J. L., & Boyd, E. F. (1977b). In reply to the Rejoinder to our critique of the 1972 Bell and Ainsworth Report. *Child Development*, 48(4), 1217-8.
- Gewirtz & Peláez-Nogueras (1987). Social-Conditioning Theory Applied to Metaphors Like "Attachment": The Conditioning of Infant Separation Protests by Mothers. *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 13(1), 87-103.
- Gewirtz, J. L. (1991). Social influence on child and parent via stimulation and operant-learning mechanisms. In *Social influences and socialization in infancy* (pp. 137-163). Boston, MA: Springer US.
- Gewirtz & Peláez-Nogueras (1996). El análisis conductual del desarrollo. In *El Desarrollo del Comportamiento* (pp. 77-106). Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Coordinación Editorial.
- Gewirtz, J. L., & Peláez-Nogueras, M. (2000). Infant emotions under the positive-reinforcer control of caregiver attention and touch. In J. C. Leslie & D. Blackman (Eds.), *Experimental and applied analysis of human behavior* (pp. 271-291). Context Press/New Harbinger Publications.
- Gomes, A. D. A. (2011). A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista.
- Grusec, J. E. (2019). *Handbook of Socialization: Theory and Research* (2^a ed). The Guilford Press.
- Harlow, H. F. (1950). Analysis of discrimination learning by monkeys. *Journal of Experimental Psychology*, 40(1), 26.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American psychologist*, 13(12), 673.
- Harlow, H. F., & Zimmermann, R. R. (1959). Affectional response in the infant monkey: Orphaned baby monkeys develop a strong and persistent attachment to inanimate surrogate mothers. *Science*, 130(3373), 421-432.
- Hess, E. H., & Petrovich, S. B. (2000). Ethology and attachment: A historical perspective. *Behavioral Development Bulletin*, 9(1), 14-19.
- Hesse, E., & Main, M. (2000). Disorganized infant, child, and adult attachment: Collapse in behavioral and attentional strategies. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 48(4), 1097-1127.
- Hinde, R. A. (1974). *Biological bases of human social behaviour*. McGraw-Hill.

- Holmes, J. (1993). *John Bowlby and Attachment Theory*. Routledge.
- Keat, R. (1972). A critical examination of BF Skinner's objections to mentalism. *Behaviorism*, 1(1), 53-70.
- Kinouchi, R. R. (2004). Ainda existe consciência?. *Scientiae Studia*, 2, 415-425.
- Lamb, M. E. (1974). A defense of the concept of attachment. *Human Development*, 17(5), 376-385.
- Laurenti & Lopes (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In Laurenti, Lopes & Araújo (Org.). Hogrefe.
- Lorenz, K. Os fundamentos da etologia. Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995.
- Lickliter, R., & Honeycutt, H. (2003). Developmental dynamics: toward a biologically plausible evolutionary psychology. *Psychological bulletin*, 129(6), 819.
- Machado, A., Lourenço, O., & Silva, F. J. (2000). Facts, concepts, and theories: The shape of psychology's epistemic triangle. *Behavior and Philosophy*, 1-40.
- Machado, A., & Silva, F. J. (2007). Toward a richer view of the scientific method: The role of conceptual analysis. *American Psychologist*, 62(7), 671.
- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention*, 1, 121-160.
- Marrone, M. (2014). *Attachment and Interaction: From Bowlby to Current Clinical Theory and Practice*. Jessica Kingsley Publishers.
- Novak, G. (2004). *Child and adolescent development: A behavioral systems approach*. Sage.
- Peláez-Nogueras & Gewirtz (1992). Social Referencing as a Learned Process. In Feinman (Org.) *Social Referencing and the Social Construction of Reality in Infancy*. Springer Science Business Media.
- Peláez-Nogueras, M., Gewirtz, J. L., & Wong, S. E. (2008). A critique of stage theories of human development. In: *Comprehensive handbook of social work and social welfare*.
- Petrovich, S. B., & Gewirtz, J. L. (1985). The attachment learning process and its relation to cultural and biological evolution: Proximate and ultimate considerations. In *The psychobiology of attachment and separation* (pp. 259-291). Academic Press.
- Raineki, C., Moriceau, S., & Sullivan, R. M. (2010). Developing a neurobehavioral animal model of infant attachment to an abusive caregiver. *Biological psychiatry*, 67(12), 1137-1145.

- Reece, J. B., Meyers, N., Urry, L. A., Cain, M. L., Wasserman, S. A., & Minorsky, P. V. (2015). *Campbell Biology Australian and New Zealand Edition* (Vol. 10). Pearson Higher Education AU.
- Rheingold, H. L., Gewirtz, J. L., & Ross, H. W. (1959). Social conditioning of vocalizations in the infant. *Journal of comparative and physiological Psychology*, 52(1), 68.
- Schaffer, H. R., & Emerson, P. E. (1964). The development of social attachments in infancy. *Monographs of the society for research in child development*, 1-77.
- Schlinger Jr, H. D. (1995). *Social and Emotional Development I: Attachment Relations*. In Schlinger Jr, H. D. (Org.) *A behavior analytic view of child development*. Springer Science & Business Media.
- Shaver, P., & Hazan, C. (1987). Being lonely, falling in love. *Journal of Social Behavior and Personality*, 2(2), 105.
- Skinner, B. F. (1950). Are theories of learning necessary?. *Psychological review*, 57(4), 193.
- Skinner, B. F. (1974). *About Behaviorism*. New York: Vintage Books.
- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and brain sciences*, 7(4), 477-481.
- Tomanari, G. Y. (2000). Reforçamento condicionado. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2(1), 61-67.
- Trivers, R. L. 1972. Parental investment and sexual selection. In B. Campbell, ed., *Sexual Selection and the Descent of Man, 1871-1971*. Chicago: Aldine, pp. 136-179.
- Tironi, M., Charpentier Mora, S., Cavanna, D., Borelli, J. L., & Bizzi, F. (2021). Physiological factors linking insecure attachment to psychopathology: A systematic review. *Brainsciences*, 11(11), 1477.
- Veppo, F. F. C. (2016). *Como nossos pais? Uma investigação transcultural sobre Vinculação Parental e Amorosa* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Weber, L. N. D. (2004). A evolução das relações parentais: uma abordagem etológica. *Psicologia Argumento*, 22(38), 19-26.
- West, S. A., Griffin, A. S., & Gardner, A. (2007). Social semantics: altruism, cooperation, mutualism, strong reciprocity and group selection. *Journal of evolutionary biology*, 20(2), 415-432.

Zilio, D., & Carrara, K. (2008). Mentalismo e explicação do comportamento: aspectos da crítica behaviorista radical à ciência cognitiva. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 16(3), 399-417.